



Debates: CPP e Permuta

No mês de maio a CONAMP participou de duas importantes audiências públicas: uma na Câmara dos Deputados para debater a reforma do Código de Processo Penal e outra no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a possibilidade de permuta estadual.

O promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger representou a CONAMP na Câmara dos Deputados. Ele é um dos integrantes da comissão temática da entidade que estuda o CPP.

Um dos pontos questionado pelo promotor foi a possibilidade do investigado identificar fontes de prova. De acordo com Suxberger, a investigação defensiva é incompatível com



a realidade brasileira de desigualdades regionais em que na maioria das vezes não há sequer a presença de advogados na fase investigatória. “Melhor apostarmos no accountability, na fiscalização, no controle, na confiabilidade das instituições públicas, como o Ministério Público e as polícias, que devem sim ser fiscalizadas e cobradas para uma maior efetividade e qualidade do trabalho”, afirmou.

Além do promotor Antônio Henrique Suxberger, foram convidados para o debate o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da

República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, o diretor regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Helano Medeiros, e o vice-presidente jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Wladimir Sérgio Reale.

Reforma legislativa

A principal proposta em tramitação sobre o CPP é o Projeto de Lei 8045/10 e já foi aprovada no Senado Federal. Mais de 150 proposições de assuntos semelhantes foram apresentadas. O novo código substituirá o Decreto-Lei 3.689/41, em vigor desde outubro de 1941.



Permuta

Já no CNJ participaram os promotores de Justiça Eudo Rodrigues Leite e Aline Curvêlo Tavares de Sá. Eudo representou a CONAMP e Aline a Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb).



Ao discutir a possibilidade de magistrados realizarem a permuta, a audiência pública do CNJ representou um avanço na construção do consenso sobre as características e os requisitos que irão orientar o procedimento.



A CONAMP é a favor da permuta nacional no âmbito do Ministério Público. A entidade busca a regulamentação do assunto no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Presente nos diversos debates acerca do tema, a CONAMP

busca contribuir na reflexão coletiva pela viabilização da permuta.

Visão do MP

Durante a audiência, todos os participantes concordaram que é de interesse público que os juízes fiquem perto de suas famílias e assim tenham uma melhor qualidade de vida e maior ganho de produtividade. “Nada melhor do que um juiz mineiro para julgar os cidadãos de Minas Gerais. Ou um juiz amazonense para julgar os casos do Amazonas. Ao conhecer os costumes e hábitos do seu povo, um juiz pode julgar melhor”, destacou Eudo Leite.

O promotor citou ainda a [manifestação elaborada pela CONAMP na qual são sugeridos condições de realização da permuta a fim de assegurar a independência e autonomia administrativa das unidades do MP.](#)

Já Aline Curvêlo falou sobre a compatibilidade entre os regimes previdenciários dos Estados. A promotora reproduziu ainda o [vídeo feito por associados da CONAMP que explica o que seria a permuta no MP.](#)

Outros pontos discutidos na audiência foram a definição de um prazo mínimo para permanência mínima na nova



jurisdição; a não exigência de prestação de novo concurso para mudança de região; a diferença regional de organização das entrâncias; antiguidade; e redução dos subsídios.

Nova percepção

“Muito se aprendeu aqui. Foi um debate democrático. Agora vamos analisar todos os memoriais e avaliar cada questão antes de fazer uma proposta”, concluiu o conselheiro Luiz Allemmand do CNJ.

Allemmand lembrou que a primeira composição do Conselho foi contrária à permuta, mas ressaltou que decisões posteriores do Supremo Tribunal Federal (STF), resoluções do próprio CNJ e provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça passaram a entender a carreira da Magistratura como nacional, tornando necessária a revisão da análise inicial.



A CONAMP manifestou-se contra a aprovação de medida que enfraquece as ferramentas públicas de proteção ambiental, e flexibiliza não só a proteção, tornando-a deficiente, como também o próprio conteúdo do direito. Ao derrubar a necessidade do licenciamento ambiental para a realização de obras públicas, a PEC 65/12 subtrai até mesmo do Poder Judiciário a possibilidade de controle jurisdicional da legalidade do ato praticado.

#PEC 65/2012 NÃO



Entidades do MP e da Magistratura publicam nota em defesa da simetria entre as carreiras

A Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura (Frentas) aprovou a publicação de uma manifestação pública em defesa do respeito à simetria entre ambas as carreiras, conforme estabelecido no ordenamento jurídico constitucional.

Nesse sentido, a manifestação destaca a importância da aprovação de requerimento de urgência também para o Projeto de Lei que trata da reposição

inflationária do subsídio do Procurador-Geral da República, assim como feito para o PL de mesmo assunto referente ao subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

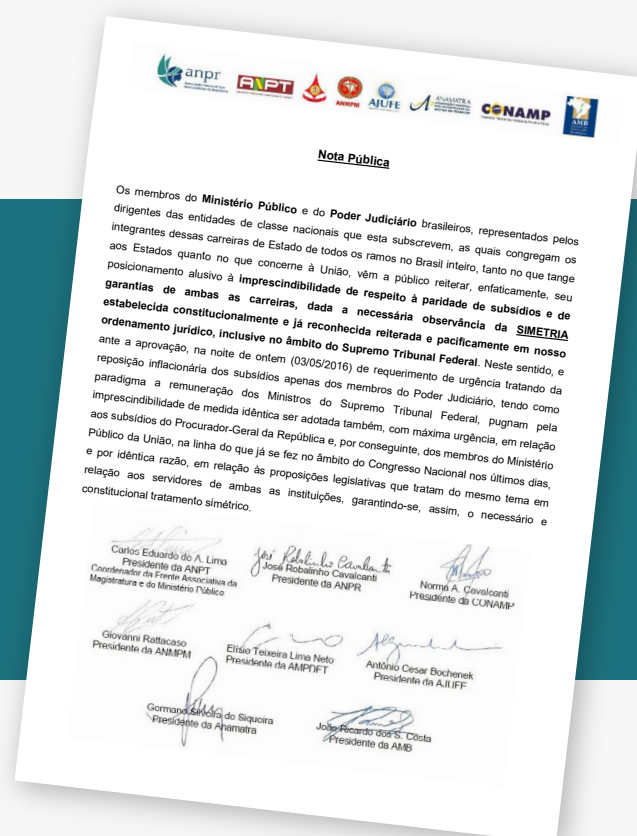
A partir do documento, foi elaborada uma Nota Técnica protocolada no CNJ que afirma: “A independência do Poder Judiciário e do Ministério Público passa pela reafirmação das carreiras, pois não há Justiça sem juízes e promotores. Não há Justiça forte sem Judiciário e Ministério Público fortes”.

Além da presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, do

secretário-geral da entidade, Elísio Teixeira, e do presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Militar (ANMPM), Giovanni Rattacaso, participaram da reunião da Frentas dirigentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

SAIBA MAIS

Clique aqui e confira
a manifestação Pública
da Frentas



Conselho deliberativo realiza reuniões na Bahia e em Santa Catarina

Os Estados da Bahia e de Santa Catarina receberam no mês de maio reuniões do conselho deliberativo da CONAMP.

O primeiro encontro ocorreu durante o XIII Congresso do Ministério Público do Estado da Bahia, no dia 12 de maio, em Salvador. Na oportunidade foi aprovada a participação da CONAMP em Nota Técnica Conjunta que aponta inconstitucionalidades na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 143/15. A medida institui a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Já a reunião do conselho deliberativo em Florianópolis (SC) no dia 25 de maio contou com as presenças do deputado Esperidião Amin (PP/SC) e do conselheiro Marcelo Ferra do CNMP.

Foram discutidos nos encontros a atuação institucional quanto à PEC 202/2016, que confere autonomia administrativa e financeira às Polícias Civis; Projeto de Lei do Senado (PLS) 233/15, que regulamenta o inquérito civil; Projetos de Lei (PL) 2646/15 e 2647/15, que tratam do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Fe-

deral e do Procurador-Geral da República; o PL 3123/15, que regulamenta o teto remuneratório no serviço público; e PL 8058/2014, que define processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo Poder Judiciário.

Audiência de Custódia; atribuição de membros do MP na Justiça Eleitoral de 1º grau, reforma do Código de Processo Penal, auxílio-moradia, valorização por tempo, e alteração de regras na previdência também foram itens da pauta das reuniões da CONAMP.





XV TORNEIO NACIONAL DE FUTEBOL SOCIETY DO MINISTÉRIO PÚBLICO

26 A 29 DE MAIO DE 2016 | FLORIANÓPOLIS - SC

Quatro dias de competição, 1.060 participantes de 22 delegações, 53 equipes divididas em 4 categorias, 97 jogos organizados em 4 sedes e 282 gols. Esse é um panorama inicial do que foi a 15ª edição do Torneio Nacional de Futebol Society do MP, realizado entre os dias 26 e 29 de maio, em Florianópolis. Organizado pela Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), com apoio da CO-NAMP, o evento conseguiu sin-

teizou o espírito esportivo dos membros do MP brasileiro e foi um importante momento para fortalecer os laços entre os diferentes MPs estaduais.

A abertura contou com a presença do presidente da ACMP, Luciano Trierweiler Naschenweng, da presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, do presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim Pádua Peixoto Filho, e do procu-

rador-geral de Justiça, Sandro José Neis. O pontapé inicial do torneio foi dado pelo ex-jogador Oberdan Vilain antes da partida entre Paiuí e Minas Gerais, pela categoria Sênior. Além disso, a irreverência marcou presença nos jogos com a participação do árbitro Margarida, que interagiu com a torcida arrancando risadas e deixando a competição em um clima ainda mais descontraído.

Resultados



[Clique aqui](#) e confira todos os detalhes das partidas

Fotos



[Clique aqui](#) e veja todas as fotos do evento

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356